

Webinar do Ministério da Saúde

31 de março de 2022

Desnutrição e Insegurança Alimentar

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

- O webinar foi focado aos gestores municipais, apesar de contar com falas e palestrantes que não deram tal enfoque.
- Foi amplamente discutido o aumento da insegurança alimentar e nutricional no contexto da pandemia de Covid-19, que, de acordo com os palestrantes, não só diminuiu a renda da população, mas também aumentou a situação de fome ao redor do mundo.
- Atrelado ao fator pandemia, a regionalidade, tanto nacional quanto internacional, também foi pontuada pelos palestrantes, uma vez que políticas públicas para saúde e nutrição precisam considerar tais fatores para serem efetivas.
- Houve críticas às empresas detentoras de produtos alimentícios e fórmulas infantis, sendo pontuado que essas “aproveitam-se” da vulnerabilidade das famílias em situação de carência.

PARTICIPANTES

NOME	PARTIDO/INSTITUIÇÃO
Juliana Rezende	Diretora do Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS/SAPS/MS)
Rafael Pérez-Escamilla	Professor da Yale University
Gisele Bortolini	Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN/DEPROS/SAPS/MS)
Jéssica Pedroso	Consultora da CGAN e doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB)
Milena Serenini	Consultora da CGAN

www.bmj.com.br

RELATÓRIO

O Ministério da Saúde, em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, promoveu webinar sobre desnutrição e insegurança alimentar e nutricional, com intuito de qualificar gestores e profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) do Brasil. A iniciativa faz parte das ações em comemoração ao Dia da Saúde e da Nutrição (31/03).

A primeira fala do evento foi realizada por **Gisele Bortolini, coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde**, que destacou que o objetivo do webinar é empoderar os profissionais da atenção básica sobre o tema, além de discutir o que é possível realizar a partir da atenção primária e nas articulações dos entes federados.

Bortolini reforçou a necessidade da construção de políticas estruturantes sobre o tema, para garantir à população formas de renda, educação e acesso ao trabalho, de forma que as famílias brasileiras tenham melhores condições de vida. Isso se dá devido ao fato de que a redução da insegurança alimentar e nutricional, dentro do período de 1996 a 2006, deu-se por 4 fatores: renda, alimentação materna, acesso à saúde e saneamento básico. Pontuou que, em 2021, o Ministério da Saúde, por meio da Atenção Primária à Saúde, financiou montante de 355 milhões para induzir equipes fortalecimento às ações contra a má nutrição.

Rafael Pérez-Escamilla, professor da Yale University, iniciou sua participação apresentando o significado de segurança alimentar, de acordo com a definição da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) – *acesso físico, social e econômico permanente a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais e preferências alimentares, tendo assim uma vida ativa e saudável*.

Apresentando o cenário brasileiro, apontou que em 2020 aproximadamente 19 milhões de pessoas experimentaram situação de insegurança alimentar severa, alto número em comparação a 2018, que eram 10 milhões no total. Entretanto, a tendência anterior à pandemia era de redução da insegurança alimentar com o decorrer dos anos. Ademais, a insegurança alimentar entre crianças cresceu durante a pandemia, principalmente pelo fechamento das escolas públicas, onde muitas realizavam suas únicas refeições do dia. Outro grande problema da pandemia, de acordo com Pérez, foi a desinformação, que acabou por aumentar a segurança alimentar

Ademais, apresentou as consequências da insegurança alimentar, que são:

- acarretamento em baixo desenvolvimento psicossocial e cognitivo entre as crianças;
- comprometimento do desenvolvimento físico, principalmente caso a insegurança alimentar ocorra desde os primeiros meses de vida da criança; e
- aumento da morbidade e mortalidade infantil.

Além disso, pontuou que a insegurança pode causar doenças psicológicas, como estresse, ansiedade, depressão e problemas psicoemocionais e intelectuais, bem como está associada a

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: +55 61 3223-2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152 – 13º andar. Ed. Atlanta CEP: 04.552-020. TEL: +55 11 3044-5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários, CEP 30.112-020. Tel.: +55 31 3657-7768

doenças como diabetes, hipertensão, asma, artrites e outras 12 condições.

Relacionado ao assunto, afirmou que, quanto maior a insegurança, menor é o cuidado que se tem com a proteção dos ecossistemas e maior é o risco da saúde do planeta se deteriorar. Em complemento, alertou aos cuidados com a insegurança hídrica, que também pode afetar a insegurança alimentar.

Por fim, destacou que o aleitamento materno é “a mãe da segurança alimentar para as crianças”, **criticando as empresas que produzem fórmulas infantis devido ao estímulo que essas dão ao uso das fórmulas ao invés do aleitamento materno, tomando vantagem em cima das famílias mais vulneráveis.**

Em seguida, **Jéssica Pedrosa, consultora da CGAN e doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB)**, comentou e apontou dados sobre o cenário nacional da insegurança alimentar e desnutrição. Também apresentou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre famílias brasileiras em situação de insegurança alimentar.

Ademais, esclareceu que o aumento da insegurança alimentar nos últimos anos diminuiu o acesso à alimentação adequada e tem se dado, principalmente, pela substituição de refeições saudáveis por “alimentos ultra processados”. Dado apresentado por ela diz que 18,4% das calorias totais dos domicílios são oriundos desses alimentos, reforçando que a pandemia trouxe alterações negativa nos hábitos alimentares de crianças e adolescentes, devido ao aumento do consumo de “ultra processados”; com maiores taxas nas Regiões Nordeste e Norte do país, entre pessoas de menor escolaridade.

Já **Milena Serenini, também consultora da CGAN**, focou sua fala para os gestores municipais ali presentes. Defendeu a alimentação enquanto direito constitucional e destacou que a insegurança alimentar está relacionada a conceitos de produção e disponibilidade de alimentos e preocupação com a promoção da saúde com dois enfoques (socioeconômico e saúde/nutrição). Afirmou que a saúde possui papel essencial no processo de articulação intersetorial, de e, como exemplo, há a necessidade de construir tal rede juntamente à agricultura familiar dentro dos municípios. Dessa forma, defendeu que é necessário olhar para as singularidades de cada território dentro do país.

Por fim, **Ana Poblacion, representante da Children’s HealthWatch/Boston Medical Center**, apresentou a definição de segurança alimentar e nutricional: *“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade culturais e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”*. A partir disso, também apresentou indicadores sobre o tema, como disponibilidade do alimento, acesso físico ao alimento, acesso econômico do alimento e utilização biológica do alimento.

De acordo com a professora, a insegurança alimentar pode trazer impactos negativos à saúde, como deficiência de micronutrientes, doenças, diminuição na velocidade de crescimento infantil, atraso no desenvolvimento cognitivo em criança e estresse psicológico em adultos e crianças. Para finalizar comentou sobre Triagem para Risco de Insegurança Alimentar aos gestores municipais.

www.bmj.com.br